

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

Não creio tenha algum parlamentarista sustentado o que o sr. Afonso Arinos alegou no seu parecer e o sr. Gilberto Freyre reproduziu em seu segundo artigo dedicado à reforma constitucional: que só por meio do parlamentarismo se resolve a questão social. Há nisto um evidente equívoco. O que nós, parlamentaristas, dizemos é ser este o sistema capaz de conciliar a democracia com o socialismo. Mas o ilustre relator da Comissão Especial apresentou à sua feição o argumento adverso para melhor o poder refutar, e o eminente sr. Gilberto Freyre, que se dignou ouvir a voz de um dos sinos, apressou-se em perfilhar a inexata versão, esgrimindo também contra um fantasma.

Em verdade, o parlamentarismo na Inglaterra já foi imperialista, já foi conservador, já foi liberal, é agora trabalhista; só não foi, nem poderá ser, fascista ou comunista. Como explicar tantas e tais mutações? Muito simplesmente: o parlamentarismo não é uma doutrina social, não é uma doutrina econômica, não é sequer uma doutrina política, porque não passa de um mecanismo, um sensível e perfeito mecanismo, graças ao qual as correntes de opinião atuam eficazmente sobre o governo. Outra categoria não lhe atribuímos senão esta.

Escusado era, pois, nos viesse o sociólogo ilustre explicar o importante papel dos clubes e associações na Inglaterra e que, à espontaneidade da vida pública britânica, opusesse o paternalismo do Estado, característico do nosso país. Nós, parlamentaristas, também sabemos que o parlamento não funciona no vácuo. Mas também não ignoramos que um mecanismo, qualquer que seja, transforma, num ou noutro sentido, com maior ou menor rendimento, as forças que se lhe aplicam.

Isto pôsto, desejaria eu que o eminente sr. Gilberto Freyre respondesse às seguintes questões. O paternalismo do Estado será preferível à espontaneidade social, que tão bem caracteriza os anglo-saxões? Em que sistema político encontrará o paternalismo a sua mais completa expressão: no governo pessoal, vitalício e mais ou menos absoluto de um czar; no governo pessoal, limitado no tempo e mais ou menos autoritário de um presidente; ou no governo coletivo, impessoal e instável (como dizem os presidencialistas) de um gabinete? Que sistema agravará a submissão, a passividade dos súditos para com o governo, aquêle em que a opinião pública é ativa e se vê frequentemente chamada a intervir na solução das mais variadas questões políticas e administrativas, ou, pelo contrário, aquêle em que os cidadãos se limitam a escolher periodicamente o PAPA-GRANDE e os PAPAIS-MENORES? 4.X.49